

A SOCIAL-DEMOCRACIA NOS TRÓPICOS: A TERCEIRA VIA E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO NOS GOVERNOS FHC E LULA

Data de aceite: 02/06/2023

Gregório Henrique Silva Duarte

Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Graduado em Licenciatura em Sociologia pela Universidade Estadual da Paraíba

Jeferson Alexandre Miranda

Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, pós-graduado em História, Cultura e Poder pela Universidade do Sagrado Coração, pós-graduado em Ensino e Metodologia de História e Geografia pela Universidade Internacional de Curitiba e graduado em História pelas Faculdades Integradas de Jaú

RESUMO: O trabalho ora apresentado se propõe a debater os fundamentos teóricos, históricos, metodológicos e políticos das adaptações teóricas e práticas que foram utilizadas na recepção do projeto político da Social-Democracia no Brasil. Considerando o Brasil como parte integrada da periferia do capitalismo, sendo, portanto, economicamente associada e dependente às nações centrais do capitalismo, buscamos analisar a forma pela qual estabeleceu-se o debate no período da

Nova República (a partir de 1985) acerca da Social-Democracia. Para além disso, pretendemos avaliar, em perspectiva comparada, a sua possibilidade de realização a partir da proposta capitaneada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o que chamamos aqui de Social-Democracia de Terceira Via, em contraposição ao modelo implantado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), aqui entendido como Novo-Desenvolvimentista, em que pese ainda, um amplo debate sobre a caracterização e conceitualização das experiências Petistas.

PALAVRAS-CHAVE: Social-Democracia, Estado de Bem-estar Social, PSDB, PT.

ABSTRACT: The text presented here proposes to debate the theoretical, historical, methodological and political foundations of the theoretical and practical adaptations that were used in the reception of the political project of Social-Democracy in Brazil. Considering Brazil as an integrated part of the periphery of capitalism, being, therefore, economically associated and dependent on the central nations of capitalism, we seek to analyze the way in which the debate was established in the period of the New Republic (from 1985) on the Social

-Democracy. In addition, we intend to evaluate, in a comparative perspective, its possibility of realization from the proposal led by the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), which we call here Third Way Social Democracy, in opposition to the model implemented by the Brazilian Worker's Party, here understood as New-Developmentalist, despite still a broad debate on the characterization and conceptualization of PT experiences.

KEYWORDS: Social-Democracy, Welfare State, PSDB, PT.

1 | INTRODUÇÃO

Há sem dúvida muitos limites e dificuldades para se entender a construção de um modelo social-democrata em um país na periferia do sistema capitalista, uma vez que, nesta área do planeta, as políticas e os direitos sociais encontraram duros limites às suas implantações ao longo do século XX. Por aqui, a busca por uma suavização da esfera da acumulação capitalista via doses de equidade pode ser mais bem pensada no período posterior a 1930, antes deste momento a política oligárquica aninhada no poder desde a fundação do Império (1822-1889) se estabeleceu como um grande impedimento aos direitos de liberdade, de opinião, de reunião, de associação e entre outros.¹

Quebrada a hegemonia da elite oligárquica, já sob a sombra do Estado interventor pós-30, as políticas e os direitos sociais estiveram à mercê das instabilidades do Estado e da economia enfrentadas pelo Brasil no século XX, isto porque, o planejamento e as ferramentas para o desenvolvimento estavam calcados no projeto desenvolvimentista brasileiro, conceito radical e complexo resultante da combinação de dois elementos: o reconhecimento da situação de subdesenvolvimento e a proposta consciente e deliberada de sua superação – via estratégias racionais e ações de ordem econômicas (DRAIBE, 1985). O desenvolvimentismo, neste período, centrava suas metas na superação dos obstáculos estruturais do subdesenvolvimento, enraizados na vocação agrário-exportadora, pela desigualdade centro-periferia e pela completa inaptidão das economias subdesenvolvidas de atingirem o desenvolvimento sem passar pela industrialização (GRIN, 2013).

A trajetória nacional desenvolvimentista comportou períodos e propostas díspares que oscilaram entre o progresso com desenvolvimento social, outro de apropriação privada do custeio e energia do nacionalismo desenvolvimentista e um terceiro de viés burocrático-autoritário. É fato também que o distanciamento entre os projetos com desenvolvimento social e o burocrático autoritário são grandes responsáveis pela atual desigualdade social brasileira (CEPÊDA; SILVA, 2016).

Por fim, em países periféricos como o Brasil, o capitalismo não foi capaz de gerar um equilíbrio entre igualdade e emprego, por que em suas práticas as prioridades sempre foram dadas a acumulação capitalista. Por aqui, o desenvolvimento do capital coabitou, historicamente, com a exclusão social e a concentração de renda, e de formas

¹ Para um entendimento melhor do processo histórico anterior a 1930, e como este impossibilitou o surgimento de uma cidadania real ver MIRANDA, 2021.

variadas a “luta democrática de classes” foi obstaculizada pela intervenção do Estado, mediador e fiador de um projeto no qual o bem-estar social seria uma consequência do desenvolvimento e progresso da nação. (GRIN, 2013)² Sob estes aspectos a sociedade de bem-estar brasileira nunca foi uma realidade possível, como afirma Draibe (1985). Ainda segundo a referida autora, o que se desenvolveu em terras brasileiras foi um modelo de Estado centralizador, planejador e racionalizador da vida econômica, que esperava do binômio crescimento econômico e industrialização a força suficiente para gerar elevação do bem-estar geral, este paradigma ideológico, conhecido como teoria da modernização, se manteve como eixo do projeto de Estado até o governo militar.³

Se buscarmos estabelecer um breve histórico do caso brasileiro (tomando como parâmetro a incorporação, no nome adotado pelos partidos, os termos social-democracia, social democrático ou democracia social), enfrentaremos um grande desafio para estabelecer um cenário claro do histórico desta vertente. Isto porque embora vários partidos tenham assumido uma identidade política pública (e esperava-se, vinculante em termos programáticos), na prática, não ocorreu a incorporação, em suas ações e nos seus programas, das ideias e práticas da social-democracia. Cumpre lembrar que no caso brasileiro, o surgimento de partidos de feição moderna se deu somente após o fim do Estado Novo. Segundo Kinzo (1993, p. 07) foi quando “a arena política nacional comum foi efetivamente constituída”, ou seja, somente após 1946, quando a nova Constituição ampliou a cidadania política é que se assegurou a autonomia do eleitor poder escolher entre partidos programaticamente definidos. Neste período, até o ano de 1964, o único partido que carregou em seu nome a social-democracia foi o Partido Social Democrático (PSD), mas à revelia disto, sempre agiu em torno de seu “centro político”: o burocratismo getulista. Conclui-se que antes da Redemocratização pós 1964 é inviável pensar a social-democracia pelo caminho do histórico partidário, uma vez que há um cenário muito confuso e contraditório sobre a real presença do modelo social-democrata.

1.1 Terceira Via, Liberalismo progressista e Neoliberalismo na virada do século XX

O final do século XX tem sido interpretado no Brasil como o período de hegemonia do neoliberalismo, os defensores desta ideia, apontam que cronologicamente a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) a ideologia neoliberal teria se estabelecido e com o impedimento do primeiro presidente eleito, os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) teriam completado a consolidação dessa escalada neoliberal (HARVEY, 2014). Ao contrário do liberalismo,

2 Foi de 1930-1964, que a regulação social e a intervenção do Estado tornaram-se mais evidente na tentativa de se estruturar o regime de bem-estar no Brasil. Entretanto esse processo se deu pela “lógica do industrialismo” em que o welfaristaseria consequência do desenvolvimento econômico ver DRAIBE, RIESCO (2006).

3 Sobre as dificuldades e os percalços do desenvolvimento da sociedade de bem-estar social no Brasil é importante acrescentar neste debate os argumentos de DRAIBE, AURELIANO (1989); DRAIBE, RIESCO (2006); OLIVEIRA, (1993).

que emergiu geneticamente como antítese dos Estados autoritários, o neoliberalismo desde suas origens se estabeleceu como uma corrente de pensamento reacionária em favor do rentismo, do capital financeiro e das grandes corporações capitalistas, mediante o esfacelamento do Socialismo Real, ela teria se tornado hegemônica e sofrido divisões internas, fortalecendo novas vertentes que em muitas vezes acabaram por ser conflitantes com os princípios fundadores e revolucionários do liberalismo clássico. (RODRIGUES, 2019)

O surgimento de clivagens do neoliberalismo e concomitante sua difusão teria sido composta por de duas fases: a primeira residiria na intrusão do capital transnacional na arena interna dos países, implicando por vezes, no desmantelamento do sistema produtivo dos países periféricos (SAAD FILHO; MORAIS, 2018). Nesta fase, seria possível observar a emergência de um aparente paradoxo: ainda que em seu ideário se configurasse como espinha dorsal a necessidade de delinear limites à intervenção e a atuação estatal, o que se observou de fato, foi o Estado figurando como um palco de disputas políticas. A lógica neoliberal, portanto, sempre teria apresentado como núcleo duro de suas ações, a intervenção do Estado desde que não gerasse alterações na ordem espontânea do mercado (HARVEY, 2014). Em outras palavras, esta fase consistiria no sequestro do Estado para que os objetivos neoliberais fossem instaurados. Haveria uma intervenção estatal vigorosa para impor o novo quadro institucional e uma estratégia de acumulação que incluiria promover a integração transnacional do capital nacional no âmbito microeconômico.

Em uma segunda etapa desse processo a promoção do ideário neoliberal, se concentrou em moldar a subjetivação do ser humano, o vértice deste estágio residiu na ideia do homem-empresa, centrado no individualismo extremo e no ideal do sujeito como único responsável por seu sucesso e fracasso, ignorando a desigualdade estrutural existente.

David Harvey (2014) ao discutir sobre a ascensão do neoliberalismo, salienta que uma das estratégias presentes neste projeto residiu na manipulação e administração de crises, o autor cita como exemplo o caráter endêmico das crises na América Latina a partir da década de 1960. A implementação do ideário neoliberal no Brasil, embora tenha sofrido um impulso a partir dos anos 1980, com a elevação da dívida externa e as pressões internacionais para execução de reformas-chave no processo de neoliberalização, ainda encontrava alguns percalços ocasionados pelo dissenso entre a elite brasileira. A força motriz para adoção do neoliberalismo orbitava em torno da estabilização monetária, e em razão do insatisfatório desempenho econômico do país, as ideias neoliberais advogadas por economistas e acadêmicos foram ganhando espaço no decorrer da década de 1990. Para este autor, a difusão de ideias voltadas à ortodoxia econômica teria agido como mola propulsora do Plano Real, o receituário adotado previa uma gestão macroeconômica e a necessidade de realização de reformas, especialmente àquelas voltadas às dinâmicas intervencionistas estatais de cunho social.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas por países subdesenvolvidos ou em

desenvolvimento infligidas por um mundo globalizado, deixou um gosto amargo e freou os ímpetus liberais mais radicais. Insegurança, desemprego, perda de rendas e lucros tornaram as eleições momentos em que governos tanto a esquerda quanto a direita foram derrotados, e o resultado claro disso foi a convergência de projetos no centro político, que passou a ser cobiçado em ambos os lados, uma vez que a maioria dos eleitores ali se posicionavam. Dessa forma consolidava-se um centro político clivado em matizes com diferentes tons esquerdistas e direitistas.

À direita podemos apontar como significativo naquele momento o crescimento da corrente liberal de cunho progressista, que sob variações também pode ser chamada de liberalismo social. No Brasil, o mais significativo defensor do liberalismo social foi José Guilherme Merquior, para ele, o Estado brasileiro sempre foi o grande responsável por dar força ao direito, em sua gênese sempre apresentou ênfase social, e em juízo da lei, se construiu dentro de um arcabouço jurídico liberal, mas com características sociais, portanto, como Estado social foi também o grande responsável por universalizar a liberdade ao garantir mais oportunidades (MERQUIOR, 1987a). Para o pensador, enquanto sociedade moderna, o Brasil precisava de uma maior eficiência nas ações do Estado, e isto se atingiria com mais liberdade econômica, atrelada às liberdades políticas e sociais – uma vez que novas demandas deveriam ser atendidas. Assim, o liberalismo contemporâneo necessitaria de um foco no social. Merquior enxergava que em nosso país havia Estado demais e de menos, ou seja, ainda que na economia o Estado fosse um grande empecilho, ao emperrar e onerar a liberdade econômica, havendo neste sentido Estado demais, no social ele era o grande promotor do atendimento as demandas de saúde, educação e moradia, sendo estes aspectos muito carentes na sociedade brasileira, aqui, o Estado era de menos. (MERQUIOR, 1987a)

Vivendo o período da Redemocratização (1985), ficava claro, para Merquior, que a ditadura militar deixara de herança um país desenvolvido industrialmente, com uma alta dívida externa, um descontrolado processo inflacionário e uma imensa desigualdade social. Era evidente que o crescimento econômico não viera acompanhado de uma significativa melhoria social, o novo Estado pós-ditadura deveria agir no sentido de diminuir essas desigualdades, daí a necessidade de uma reforma moderada, próxima àquelas defendidas pela centro-esquerda, ainda aninhadas no PMDB daquela época (MERQUIOR, 1987b). Em contrapartida, esta reforma, deveria libertar as forças econômicas em prol de uma maior produtividade – isso dar-se-ia através de uma reforma tributária com o objetivo de se reduzir o déficit público, melhorando a distribuição de renda, reduzindo os subsídios, deixando de controlar politicamente o câmbio e cortando gastos sociais com o funcionalismo público. Era preciso emagrecer o Estado, redefinir suas funções em favor do social e de um planejamento não-estatista, isto geraria mais empregos e daria folego para se investir em mais programas sociais. (ALMEIDA, 2008)

Na esquerda, as conjunturas políticas e o processo histórico criaram na virada do

século XX um cenário de tensão e transformações, pressionada por uma realidade que se alterava rapidamente e bloqueada pela possibilidade de uma mobilização do tipo tradicional, parte significativa dela acabou por adotar um discurso gestado algumas décadas antes, ainda no período autoritário. Essa “nova esquerda” tinha como um dos seus marcos iniciais o surgimento do CEBRAP⁴, entre seus membros podia-se observar, através de seus temas de pesquisas e artigos, uma tentativa de distanciar-se tanto das tradições isebiana⁵ quanto das leninistas, independente delas serem aproximadamente identificadas com a esquerda revolucionária ou nacionalista. Buscava-se com isso, para além da crítica ao nacionalismo e ao varguismo, o distanciamento das vertentes da esquerda que haviam optado por uma via de confronto direto com o regime. Contrapondo-se a “velha esquerda”, era contundente na crítica feita, por exemplo, ao desenvolvimentismo e ao revolucionarismo, criticava também de forma hostil a ditadura e opunha-se a existência de um Estado autoritário e burocrático. Em suas formulações o Estado passava a ser analisado como um grande vilão, cujos poderes de intervenção na economia precisavam ser minimizados e, em contrapartida, projetava-se a possibilidade de uma sociedade civil fortalecida e em oposição ao Estado. (BAPTISTA, 2010)

Nascia desta forma uma visão de esquerda que tendia ao centro e que encontraria, na década de 1990, ampla adesão não somente no Brasil, como também ao redor do mundo, principalmente a partir dos governos de Tony Blair (Reino Unido) e Gerhard Schröder (Alemanha): a Terceira Via. Como o próprio nome diz, na prática, esse matiz incorporava a ideia de que as divisões clássicas entre esquerda e direita já não podiam ser mantidas.

Giddens (1994), em seu livro *BeyondLeftandRight*, defendia a ideia de que a sociedade contemporânea era extremamente complexa, e as tradicionais fronteiras entre esquerda e direita já não constituíam mais referenciais suficientes para a formulação de políticas adequadas. Com o objetivo de oferecer uma saída para a Social-Democracia, em seu livro, *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*, de 1998, sugeria uma série de ideias para que a social-democracia superasse sua crise de maneira ativa e eficiente. Ao propor o que ele chamava de “política da vida”, defendia que a terceira via deveria não apenas trabalhar as grandes questões da justiça social, eficiência econômica, mas também as questões que afetavam os indivíduos pessoalmente e diretamente, aconselhando a deixar de lado o Estado de bem-estar social para se investir em uma nova concepção: o Estado de Investimento Social.

A Terceira Via chegou ao Brasil muito antes da sua consolidação mundial⁶, entre os

4 Fundado em 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) teve como objetivo não somente abrigar os professores universitários uspianos aposentados compulsoriamente após a decretação do AI-5, mas também reunir um grupo de intelectuais cuja preocupação analítica voltava-se para uma nova interpretação a respeito da realidade brasileira, principalmente após o Golpe militar de 1964. Ver: BAPTISTA (2010).

5 O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi um órgão criado em 1955, no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, dotado de autonomia administrativa, com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra.

6 O marco para a Terceira Via no mundo tem como data o dia 5 de fevereiro de 1998, quando o então primeiro-ministro

dias 25 e 27 de novembro de 1987, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, realizou-se o Seminário Internacional sobre a Social-Democracia. Tendo à frente da organização, Hélio Jaguaribe, o seminário reuniu pensadores, políticos e intelectuais, brasileiros e estrangeiros, e buscava pensar a social-democracia nas condições do mundo, na virada do século XX. Este seminário antecedeu em um ano a fundação do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), e há uma clara ligação entre os participantes brasileiros e os líderes fundadores da legenda, o que sugere que o Brasil pode ser um bom estudo de caso sobre a gestação desse matiz da social-democracia.

1.2 A Social-Democracia de Terceira Via do PSDB

O seminário citado anteriormente demonstra que o Partido da Social-Democracia (PSDB) não surgiu como um calouro no cenário político do final da década de 1980, é importante compreender que sua proposta de social-democracia era, na verdade, um rearranjo abasileirado do pensamento social-democrata do final do século XX. Se considerarmos o histórico do pensamento social-democrata, ou suas múltiplas facetas, como um modelo que vigorou com mais intensidade nos países centrais de desenvolvimento capitalista, esse abasileiramento da social-democracia promovida pelo PSDB, costurava diferentes modelos de sociais-democracias ou sociedades de bem-estar social.

Se partimos do pressuposto de que a Terceira Via e o Liberalismo Progressista são matizes políticas diferentes e, naquele momento, concorrenciais entre si, produtos de indivíduos e grupos que se posicionavam em espectros políticos muitas vezes opostos e que disputavam a legitimidade política de seus discursos, podemos sugerir que apesar de próximas em algumas de suas análises, e muitas vezes concordantes em seus enunciados, acomoda-las todas dentro de uma nomenclatura sob a sombra do neoliberalismo é uma simplificação conceitual preguiçosa.

Grande parte dos opositores do PSDB, e parte significativa da comunidade acadêmica, costumam apontar o partido como um representante do pensamento neoliberal, algo que suas lideranças sempre se recusaram a aceitar⁷. Algumas discordâncias conceituais e analíticas podem contribuir para uma aparente confusão sobre a visão de mundo abarcada pelo partido, o que explicaria essa dissonância entre as lideranças pessedebistas e seus concorrentes. É fato que uma liderança, um partido político ou ainda um grupo social não pode ser classificado como neoliberal esocial-democratao mesmo tempo, ainda que estas correntes tenham sofrido muitas transformações ao longo do século XX. (DULCI, 2010)

O desenvolvimento histórico do PSDB culminou com a adoção de um programa social-democrata reformista, tais reformas procuraram adaptar as ideias da terceira via,

britânico Tony Blair anunciou, em Washington, D.C., junto com o presidente estadunidense Bill Clinton, a decisão de convocar uma reunião internacional para discutir e atualizar a social-democracia, criando um movimento que foi denominado de “Terceira Via”. No Reino Unido a Terceira Via é uma marca das transformações políticas que culminaram na criação do New Labor, para maiores informações: Ver GIDDENS (2000)

⁷ Dois trabalhos acadêmicos que tradicionalmente apontam o PSDB como um partido ideologicamente neoliberal são: ROMA (2002) e GUIOT (2010).

recriadas ou apropriadas de forma bem particular para o contexto brasileiro, uma espécie de social-democracia de terceira via na periferia latino-americana. Desta forma o que vemos surgir como resultado disso é um renovado modelo social-liberal, sem o espírito libertário e ultraconservador do neoliberalismo e sem a forte defesa da presença do Estado como motor do desenvolvimento, como na social-democracia clássica. Não é uma social-democracia reformista do tipo bernsteiniana ou filosoficamente alemã, que guiou os modelos de bem-estar social ao longo do século XX, é uma via intermediária, e ainda que não autêntica, ocupou importante lugar no debate ideológico do centro político, para muito além das críticas socialistas, sociais-democratas da “velha guarda” ou reformistas sociais, mais ou menos radicais, de diversas correntes. Como afirma Cardoso (1990): um embate que se propunha “dentro da ordem vigente” – nunca contra as instituições democráticas, entretanto, apesar de concordar com elementos do liberalismo político, não se torna por isso neoliberal. A confusão está, talvez, no fato da terceira via, do liberalismo progressista e do neoliberalismo apresentarem certos enunciados comuns, entre eles: a defesa de reformas, a desprivatização do Estado e a integração ao mercado.

Os documentos analisados do partido deixam claro a necessidade de se promover no Brasil a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento que pudesse colocar em pauta as discussões da reforma do Estado e paralelamente de uma nova forma de inserção do País na economia mundial.⁸ Enquanto reforma, busca-se resgatar o Estado dos interesses estratégicos, das políticas sociais exclusivistas e do corporativismo, em clara oposição aos modelos desenvolvimentistas defende-se a modernização estatal via novas formas de parcerias do Estado com as empresas e a comunidade, abandona-se a estratégia da proteção social, elemento clássico da social-democracia pós Godesberg, em favor de uma ação de investimento social, a comunidade seria chamada a apontar as prioridades básicas e a fiscalizar a aplicação de recursos, passando a participar diretamente da execução por um novo mecanismo: as organizações não-governamentais.⁹

O novo modo de inserção do país na economia internacional passava pela reforma do Estado, enquanto este devia deixar de ser um produtor direto para se tornar um regulador econômico, queria-se mudar a sua natureza ao criar um marco institucional que assegurasse a plena eficácia do sistema de preços relativos, passando a incentivar os investimentos privados na atividade produtiva (CARDOSO, 1995). Este novo Estado passaria, desta forma, incentivar a iniciativa privada nacional a competir com os países desenvolvidos, buscando garantir o mercado interno e conquistando novos mercados regionais.¹⁰ A proposta do PSDB era estabelecer um Estado, que não mais se pautaria por ser um produtor exclusivo de bens e serviços, mas sim, um normatizador e neutralizador das distorções do mercado, assim como coordenador dos investimentos.

8 Ver: CARDOSO, 1995

9 Ver: CARDOSO, 1994

10 Idem, 1994

A ação externa, neste sentido, seria instrumental para a realização dos objetivos políticos e econômicos estratégicos do Brasil, ela voltar-se-ia firmemente para reivindicar, no plano internacional, que se respeitassem efetivamente as regras do mercado, com maior liberdade de comércio, maior concurso dos investimentos produtivos e maior acesso à ciência e à tecnologia¹¹. A globalização teria trazido como consequência uma nova forma tecnológica de produzir, por isso o partido via como um grande desafio criar uma social-democracia que pudesse dar respostas a uma sociedade de massas, com muita pobreza e marginalização cultural, imersa em uma economia de mercado globalizada e inepta de minimizar as desigualdades sociais e econômicas. Decorria daí uma não-defesa simples do livre mercado, uma vez que essa desconsideraria a necessidade de fortalecimento do Estado diante uma dívida social, resultante da herança do passado dependente e elitista, que deveria ser resolvida com urgência.

Dada a crise do Estado e o irrealismo da proposta neoliberal do Estado mínimo, defendia-se reconstruir o Estado, de forma que ele não apenas garantisse a propriedade e os contratos, mas também exercesse um papel complementar ao mercado, coordenando a economia e a buscando a redução das desigualdades sociais. Por isso, fazia-se necessário, no campo do processo social, a existência de um Estado que pudesse intervir pelas soluções individuais, assegurando a igualdade a longo prazo, e que não fosse leviano ao considerar válida qualquer reivindicação dos debaixo sem se perguntar sobre os efeitos de médio prazo para as sociedades.¹²

É fato que em diferentes momentos do século XX muitos chegaram a decretar o fim das ideologias e este argumento voltou com muita força depois da queda do Muro de Berlim.¹³ Para Segrillo (2006) as ideologias não foram extintas, mas neste período suas existências eram confusas por que houve um “embaralhamento” dos conceitos de esquerda e direita pós-1989. O ambiente cultural e político criou uma “letargia ideológica”. Partidos tidos como esquerda ou direita se viram pressionados a reverem seus posicionamentos, ou, no caso do PSDB que surgiu em plena crise, a adotarem matizes que atendessem as demandas dos eleitores posicionados majoritariamente no centro (ZUCCO JUNIOR, 2011). Todas as eleições a partir de 1989 foram influenciadas por essa nova configuração política, e talvez o mais emblemático exemplo disto são os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, cujo partido, estando na centro-esquerda e possuindo um discurso de Terceira Via, passou a ser tachado como um governo neoliberal.¹⁴

11 Conforme pode ser visto em: CARDOSO, 2008 e BRASIL, 1995.

12 BRASIL, 1995b.

13 Após o fim da Segunda Guerra Mundial surgiu pela primeira vez este questionamento. Pensadores sociais entendiam faltar aos cidadãos comuns a estabilidade, a consistência e a construção exigidas pelas ideologias. Foi um momento que também se questionou a diferença entre esquerda e direita (conservador/liberal) (conservador/liberal) (Jost, 2006, p. 651). Este ambiente pareceu se repetir nos pós 1989.

14 Podemos dizer que o mesmo aconteceu posteriormente com o Partido dos Trabalhadores, que na virada do século XX era o principal partido de esquerda brasileiro, com ampla abrangência eleitoral. A primeira vitória de Lula foi marcada por um pacto com o Partido Liberal (PL), entendida naquele momento como centro-direita ver: Segrillo, 2004; Fleischer, 2007. Fleischer destaca, ainda, o “abandono” petista do programa de governo aprovado em 2001 e a composição de uma plataforma centrista para a disputa do pleito de 2002 (p. 327).

Vale a pena citar ainda que segundo Zucco Junior (2011), tanto partidos de esquerda quanto da direita convergiram para o centro como sintoma de readequação ideológica, no início do segundo milênio. Suas pesquisas empíricas demonstram que partidos, quando em posição de oposição, se moveram para a esquerda, enquanto estiveram no governo guinaram para a direita. Fica-se evidente que ideologias mais extremadas ou mesmo mais puras foram abandonadas em favor de matizes que pudessem favorecer resultados eleitorais vitoriosos. Ainda, quando pensamos em modelos econômicos de gestão do Estado, a direita sempre se manteve estável em seu vínculo com o mercado, enquanto a esquerda passou a aceitar modelos de equilíbrio entre público e privado, fortalecendo o centro e ampliando a abrangência de matizes como a Terceira Via ou o Liberalismo progressista.

2 | A EXPERIÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Nosso debate em questão se ancora a partir do trabalho de conclusão de curso intitulado: Entre o impeachment e o Bolsonarismo: Interpretações dos movimentos sociais de juventude em Campina Grande acerca do debate sobre a crise brasileira, do autor Gregório Duarte, em 2021, quando discutiu, em partes a experiência do Partido dos Trabalhadores a partir do ano de 2003.

A partir de janeiro de 2003, instaurou-se no Brasil uma experiência particular: a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder. A análise de Laura Carvalho (2018) está situada a partir de quatro movimentos: O milagrinho brasileiro, a agenda FIESP, a panacéia fiscal e acertando os passos.

No que se refere ao milagrinho brasileiro, Carvalho (2018, p.13) dirá: “As altas taxas de crescimento da economia chinesa e sua demanda crescente pelas chamadas commodities, tiveram impactos positivos e beneficiaram o conjunto das economias latino-americanas, no século XXI”.

Esse primeiro momento do chamado “milagrinho brasileiro”, ficará marcado pela política de transferência de renda, sobretudo a partir do programa Bolsa Família, com ênfase nos períodos de 2003 a 2005. Em 2004, aponta a economista, o crescimento da economia marcou 5,8%. A autora dirá, inclusive, que esses indicadores têm base no aumento das exportações que chegou ao número de 14.5% no referido ano. Sobre o momento de crescimento, Carvalho (2018, p.19) enfatiza: “Além da distribuição de renda na base da pirâmide social, o maior acesso a crédito e maiores investimentos públicos em infraestrutura física e social, foram os pilares do crescimento inclusivo do período do milagrinho”.

A grande distinção feita pela autora, para caracterizar o período do milagre econômico durante a ditadura militar, está no fato de que durante o período ditatorial a desigualdade crescia exponencialmente e nos governos do PT, não. Entre 2006 e 2010

houve redução da desigualdade, transferência de renda, valorização do salário-mínimo e a inclusão no mercado de trabalho formal, sobretudo a partir da concessão de créditos e da política de juros baixos com prazos elevados. Nesse sentido, os investimentos públicos, no mesmo período, cresceram 27.6% ao ano a partir da ampliação do PAC.

O fato é que entre 2006-2010 o fortalecimento do mercado interno, aceleração do salário-mínimo, universalidade de programas de transferências de renda, expansão no acesso a crédito e investimentos públicos aliado ao crescimento econômico e dinamismo do mercado de trabalho, não implica durar que isso fosse durar para sempre ou isento de desafios, mas foram essas medidas que proporcionou o país a alcançar níveis altos (CARVALHO, 2018, p.42-43).

Em que pese esse momento de boom da economia, o jogo político e a correlação de forças no governo exigiam uma série de mudanças. As disputas internas entre as frações de classe¹⁵, sobretudo o setor associado à indústria, esperava da presidenta recém-eleita medidas austeras, a exemplo de um ajuste fiscal e de uma reorientação na matriz econômica do estado.

A superação desses limites exigia encarar de frente os conflitos mais acirrados, de modo a conferir maior solidez aos pilares do modelo. Infelizmente, o caminho escolhido a partir de 2011, embora tenha partido do enfrentamento de alguns desses conflitos, acabou levando também à substituição de alguns eixos importantes da política econômica do milagrinho por um conjunto de medidas ineficazes (CARVALHO, 2018, p.53).

A famigerada agenda FIESP que Carvalho faz alusão, reside em um conjunto de medidas que, segundo a autora, tratou-se do abandono da agenda política e econômica que marcara o “milagrinho”. Os impactos da execução de uma agenda austera, no sentido político, apontaram para um desgaste, na medida em que passa a impactar dramaticamente a vida das famílias brasileiras, com ênfase para o disparo da inflação a partir do momento em que a SELIC registra o marco de 5,3% em 2014.

Referente aos dados, (CARVALHO, 2018.p.95) diz que a inflação no ano de 2014, no governo Dilma, apontou a 6.75%. Atribui-se isso a alta do dólar e ao processo de desaceleração da economia. Quanto a desaceleração observa-se todos os componentes do PIB, o baixo consumo das famílias e a queda dos preços das commodities.

A partir da vitória nas eleições presidenciais de 2014, com uma diferença de pouco mais de 3%, a tônica do segundo governo Dilma Rousseff foi austeridade econômica com todo receituário neoliberal. Banqueiros sob a liderança do ministério da fazenda, somam-se a isso uma série de denúncias de corrupção a partir da investigação lava-jato, cujo alvo central era membros do Partido dos Trabalhadores.

A defesa de Francisco de Oliveira (2010), no debate sobre a hegemonia às avessas, sintetiza as experiências petistas a partir de movimentos singulares. A percepção de Oliveira

15 Boitto, argumenta a existência de duas burguesias. Uma de caráter financeiro e outra associada ao imperialismo. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo; Campinas: Unesp; Unicamp, 2018.

(2010, p.373) é a de que Lula radicalizou no descumprimento de um mandato que lhe foi conferido para reverter o desastre de FHC. É nesse contexto que opera a “hegemonia às avessas”.

No que o autor se refere à era Lula, quando o debate econômico se estabelece, é de que sua taxa de crescimento médio, nos seis anos, é inferior à taxa histórica da economia brasileira:

O crescimento tem se baseado numa volta à “vocação agrícola” do país, sustentado por exporta es de *commodities* agropecuárias – o Brasil, um país de famintos,   hoje o maior exportador mundial de carne bovina – e de minério de ferro, graças às pesadas importa es da China [...] (p. 373) As exporta es voltaram a ser lideradas pelos bens primários, o que não acontecia desde 1978 (OLIVEIRA, 2010, p. 373).

O autor dirá, também, que a diminui o da pobreza e da desigualdade, baseada na bolsa família,   contraditória, pelo fato de que o pagamento do serviço da d vida, gira em torno de 200 bilhões de reais por ano, contra uma oscila o entre 10 e 15 bilhões de reais por ano do bolsa família. Outro processo denunciado por Oliveira (2010, p.374) se d  partir de um estudo da FGV, que dirá:

A funda o Getúlio Vargas divulgou, no fim de setembro, uma pesquisa que prova que a classe que mais cresceu proporcionalmente de 2003 a 2008, não foi a C nem a D. Foi, isso sim, as classes A e B, que têm renda familiar acima de 4.807 reais – e o dado não leva em conta a valoriza o da propriedade, a es e investimentos financeiros.

A tese de hegemonia às avessas, explica Oliveira,   a de que o dominado conduz a política em benefício do dominador. O argumento do autor de que o PT se propôs a gerenciar o capitalismo em sua face financeira e, esse movimento   marcado pelo atraso, sobretudo por que nega as reivindica es centrais da classe trabalhadora. Além da crítica   política do culto   personalidade, Oliveira   contundente ao afirmar que o lulismo não aponta nenhuma novidade do ponto de vista das classes. Para o autor, as experiências petistas foram marcadas por uma eleva o econômica que permitiu que determinados estratos da sociedade tivessem acesso a bens e serviços.

Armando Boitto Junior (2018) defende a tese de que há, nesse cenário, uma disputa interna na burguesia brasileira, ao qual ele denominar  da “burguesia vinculado ao setor da infraestrutura e dos estaleiros navais” e outra financeira. Conforme exposi o de Laura Carvalho (2018), o marco neodesenvolvimentista exerce protagonismo nos anos iniciais dos governos petistas, enquanto o campo neoliberal, vinculado ao rentismo, ficará de lado.

A ofensiva neoliberal toma força a partir de três movimentos. Boitto Junior (2018) argumenta que a atua o da classe média nas manifesta es políticas propiciou as condi es para esse fen meno, na medida em que se torna força social militante, outro fato levantado pelo autor   o processo de desagrega o de uma burguesia interna associada a frente neodesenvolvimentista e, por último, o fen meno político do recuo do governo Dilma

frente à ofensiva desse setor que, em última instância, retroalimentou a crise da frente neodesenvolvimentista.

No desenvolvimento de sua análise, o autor nos apresenta elementos importantes desse conflito intraclasse, a partir da contribuição de Poulantzas (1980)x e seu debate sobre blocos no poder. A tese do autor é a de uma ascensão da política econômica que favorecia uma burguesia interna de neodesenvolvimentista na periferia do capital.

A contradição se estabelece, nesse momento, no fato de que a burguesia interna brasileira, mesmo favorecida com a matriz econômica estabelecida por Lula, não constitui hegemonia no interior desse bloco de poder. Os movimentos internos dessas duas frações da burguesia são fundamentais para compreendermos seus papéis e o desembocar da crise econômica.

2.1 É possível caracterizar as experiências Petistas como eventos Sociais-Democratas?

Ancorados na reflexão de Melo 2017 sobre a contribuição de Meszáros acerca da crítica ao reformismo da social-democracia ocidental, pontuaremos nesse tópico a crítica realizada pelo autor, a partir das organizações partidárias no ocidente e sua relação com a economia.

Nas considerações anteriores destacamos que a base material que veio garantir a inclinação da social-democracia em tendência reformista do capital se deu em função da expansão global do capitalismo, logo, com a partilha posta pela dinâmica imperialista, a relação entre os países deu-se em função da exportação de capitais, esse fenômeno, por exemplo, permitiu as classes dominantes dos países do centro do capitalismo estabelecerem um Estado de bem-estar social, subordinando, assim, as classes trabalhadoras dos países periféricos do capital, com maior ênfase na América latina, à condição de superexploração da força de trabalho, para recompor as margens de lucro, a partir de uma série de concessões realizadas para efetivar o Estado de bem-estar social. Acerca desse processo, Florestan Fernandes (1987), destaca:

Dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica. (FERNANDES, 1987, p. 223)

Ou seja, na forma de ser/estar do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, se observa esse caráter associado e dependente das classes dominantes. Em se tratando da esfera política, a forma de atuação de partidos políticos se dá através do parlamento, nesse sentido, Meszáros, tratará sobre as impossibilidades de reversão do quadro de exploração pela qual as classes trabalhadoras são subordinadas. Quando destacamos

no debate que a social-democracia se distinguiu de uma abordagem revolucionária por compreender que o espaço de atuação e transformação é a via parlamentar, este dado passa a singularizar a atuação política das tendências sociais-democratas.

Na revisão da literatura destacamos que a estratégia política central da social-democracia ocidental se dá através do parlamento, mesmo ainda em 1870, no recorte de separação do movimento em braço sindical e braço político, ainda se tinha, ao menos no horizonte, uma ruptura com a estrutura social dominante, no entanto, as tendências sociais-democratas foram se resumindo a agentes de pequenas formas econômicas no estado burguês, sem, efetivamente, atacar a contradição fundamental do sistema: a produção da riqueza dá-se de forma social e a apropriação desta se dá de forma individual.

Sobre o a relação capital x trabalho, e a ocupação do espaço do poder, Melo (2007. p.98) enfatiza que esta *“é uma determinação objetiva que inviabiliza por completo a proposta social-democrata reformista de realizar uma reforma estrutural na ordem social estabelecida.”*

Desta noção se extrai a concepção de que capital e trabalho não ocupam, no âmbito do poder o mesmo espaço, sendo, portanto, inviável a conciliação dos dois polos antagônicos da sociedade, em sendo o parlamento o espaço de “luta igual”, de enfrentamento democrático, quando analisados para além da aparência, percebe-se aquilo que Meszáros destaca:

As limitadas disputas no parlamento, estritamente reguladas por instrumentos e instituições da “violência legítima” que se apoiam na estrutura global de comando político do capital, não podem ser um enfrentamento contra o capital, mas entre alguns dos seus componentes mais ou menos diferenciados. (MESZÁROS, 2002, p. 836)

Nesse sentido, na concepção do autor, a disputa colocada no âmbito do parlamento, legitimada pelas constituições e pelas regras do jogo, em última instância, aprofundam o fosso existente entre os polos antagônicos da sociedade, o que não significa, como reivindicam tendências antidemocráticas a defesa do fim do parlamento, mas, a impossibilidade de se avançar, efetivamente, em conquistas para os trabalhadores, que são, quantitativamente, minoritários nesses espaços.

Ainda para o autor, o baixo índice de parlamentares vinculados as classes trabalhadoras não são fenômenos espontâneos, mas partes constitutivas da disputa política e ideológica instauradas no cerne das sociedades burguesas, mesmo que para isso, aqueles críticos mais radicais com o sistema, estejam distantes de ocupar cargos de representação. Meszáros explica que o processo de reprodução não necessita da representação parlamentar para assegurar o domínio na sociedade, por isso:

As relações de poder material existentes - incorrigivelmente iníquas - tornam a representação do trabalho vazia (como representação parlamentar estritamente política da classe materialmente subordinada do trabalho) ou autocontraditória (em termos tanto da representação eleitoral do trabalho

isolado, como da “participação democrática” do radical antagonista estrutural do capital, que, apesar de tudo, está alegremente predisposto a aceitar as migalhas das acomodações marginais reformistas). Nenhuma reforma política nos parâmetros do sistema existente permitiria sonhar em alterar essas relações de poder material. (MESZÁROS, 2002. p.854)

Ainda Por fim, a crítica marxista a social-democracia está em sua modificação estratégica a partir de 1870, quando adota o reformismo como tática de enfrentamento a ordem do capital, observando no parlamento o espaço para alçar os desejos, necessidades e ímpetos da classe trabalhadora.

A análise realizada por nós nesse tópico buscou, a partir da contribuição de Melo (2017) e Meszáros (2002) apontar, a partir do campo epistemológico vinculado a ontologia do ser social, as determinações e limites da social-democracia, destacando, como dado essencial, a alteração da tática e da estratégia desse setor no âmbito dos programas dos Partidos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme constatamos há muitos limites e dificuldades para se entender a construção de um modelo social-democrata em um país na periferia do sistema capitalista, uma vez que, nesta área do planeta, as políticas e os direitos sociais encontraram duros limites à suas implantações ao longo do século XX. A suavização da esfera da acumulação capitalista através de doses de equidade pode ser mais bem pensada no período posterior a 1930, antes deste momento a política oligárquica aninhada no poder desde a fundação do Império (1822-1889) se estabeleceu como um grande impedimento aos direitos de liberdade, de opinião, de reunião, de associação e entre outros.

Em países periféricos como o Brasil, o capitalismo não foi capaz de gerar um equilíbrio entre igualdade e emprego, por que em suas práticas as prioridades sempre foram dadas a acumulação capitalista. Por aqui, o desenvolvimento do capital coabitou, historicamente, com a exclusão social e a concentração de renda, e de formas variadas a “luta democrática de classes” foi obstaculizada pela intervenção do Estado, mediador e fiador de um projeto no qual o bem-estar social seria uma consequência do desenvolvimento e progresso da nação.

As condições ofertadas para a política neodesenvolvimentista empreendidas a partir das experiências nos governos petistas guardam, como particularidade histórica, o único modelo de crescimento permitido pelas potências do centro do capital. Na medida em que pode ser caracterizado a partir de taxas de crescimento inferiores e por uma menor capacidade de distribuição de renda quando comparadas ao desenvolvimentismo original.

Não podemos nos desassociar deste contexto se pretendemos entender a proposta de social-democracia construída pelo PSDB em seus anos de fundação. Em um cenário de falência do socialismo real, crise e estagnação da social-democracia e expansão

do pensamento neoliberal, o partido precisou ajustar seu modelo a um discurso mais centrista próximo ao ideário da Terceira Via europeia. Não podemos descartar também os antecedentes históricos nacionais, aqui no Brasil, o novo liberalismo se interpôs ao projeto desenvolvimentista que transformou o Estado no grande responsável pela superação do subdesenvolvimento, mas acumulou muitos malefícios temporalmente, isto aliado a necessidade de superação dos antigos pactos sociais fizeram da proposta de social-democracia do PSDB uma alternativa mais moderada, democrática e liberal para a superação dos desafios do processo de redemocratização.

Essa particularidade, em nossa análise, ancora-se no caráter das forças produtivas locais, ou seja, expansão da atividade agrícola, por intermédio do agronegócio e a baixa densidade tecnológica de aparato industrial. A opção do governo por esse modelo de desenvolvimento, em nosso entendimento, reforça o caráter dependente do capitalismo brasileiro, mesmo em que pese o “desinteresse” com relação à agenda da burguesia interna, cujo desejo é a de expansão do imperialismo, com a subordinação do estado ao capital estrangeiro.

Nesse sentido é possível, com base na caracterização de Meszaros e a tradição do pensamento social vinculado ao materialismo histórico-dialético, em nosso entendimento, associar a matriz econômica adotada nas experiências dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de um aspecto social-democrata.

REFERÊNCIAS

BOITTO JR., Armando. Estado e Burguesia no Capitalismo neoliberal. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007

BOITTO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. Miolo Rev. Crítica Marxista, indd 155, 2015

BOITTO JR., Armando. Lava-Jato, Classe Média e Burocracia de Estado. Revista Princípios, 143, maio, junho, julho de 2016. p. 29-34.

BOITTO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo; Campinas: Unesp; Unicamp, 2018.

BOITTO JR. Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. Miolo Rev. Crítica Marxista, 2020.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Plano Fernando Henrique Cardoso: exposição de motivos no. 395. Revista de Política Econômica, v.14, no.2, abril/jun, 1994, p.114-131.

CARDOSO Fernando Henrique. Mãos a Obra: proposta de governo. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2008

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995

BRASIL. A Utopia Viável: uma trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1995

FERNANDES, Florestan. Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente. In: A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio da Interpretação Sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MELO, Edivânia Francisca de. Mézaros e a crítica ao reformismo da social-democracia ocidental. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.163. 2017.

MÉSZAROS, I. O Poder da Ideologia. São Paulo, Boitempo, 2004.

MÉSZAROS, I. Para Além do Capital: rumo a teoria da transição. São Paulo, Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: RIZEK, Cibele Saliba; DE OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira, (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980